

Reforma da Previdência é leviana e só vai beneficiar as entidades privadas

A maneira como vem sendo tratada a reforma da Previdência Social é irresponsável e leviana, segundo denuncia Milton Macedo, presidente da Conamp, que pediu um amplo debate sobre o tema, com a participação de toda a sociedade. Ele garante também que o ministro Reinhold Stephanes desconhece a capacidade de trabalho do Ministério Público e afirma que os procuradores e promotores de Justiça "trabalham sim, e muito", e "contribuem para a Previdência Social sobre o valor total de seus vencimentos". *Págs. 4 e 5*



Viver da aposentadoria no Brasil é um desafio constante



A partir de 1º de outubro, Manoel Santino Nascimento Júnior – foto – será o Procurador Geral da Justiça do Pará. Membro do Ministério Público desde 1981, o atual presidente da Associação do MP daquele Estado teve uma destacada posição profissional, seja no Tribunal do Júri ou em outras funções. Como representante classista, foi sempre um defensor ferrenho dos direitos e reivindicações dos integrantes do Ministério Público.

Para concluir o seu mandato na AMPEP (até 1996), assumirá a entidade o colega Clodomir Assis Araújo, atual vice-presidente.

O nosso compromisso

Mais do que uma meta administrativa atingida, o **Jornal Conamp**, cujo primeiro número chega às suas mãos, é um compromisso.

Com a verdade.

Com a informação exata.

Com a orientação segura.

Mensalmente, sempre circulando na segunda quinzena, será um espelho das preocupações e anseios maiores da categoria de todo o País. A reivindicação terá espaço sim, como qualquer outro assunto de interesse. Porém, será também contundente, crítico nas horas em que isso for indispensável. De forma clara, direta, sem ardis e longe do chulo, a fim de que não seja confundido ou se torne pasqueneiro.

Como nas tarefas do cotidiano, pela condição de guardião da lei, cada agente do Ministério Público deve incluir mais esta obrigação fiscalizadora no elenco de suas atribuições, até mesmo para que o **Jornal Conamp** não venha a se tornar mais um símbolo da efemeridade.

Para tanto, é indispensável que cada um apresente sugestões, idéias. E críticas também. A omissão pode ser desastrosa e, pior, servir a interesses de quem quiser outros, menos daquele que, com a Constituição de 1988, teve ampliada sua condição de verdadeiro promotor da justiça.

Assim sendo, a sorte está lançada.

A trajetória deste veículo de informação fica, portanto, definida, eis que dependerá da ação de cada um de nós.

O editor

Em defesa da democracia

A Nação brasileira vive momentos de expectativa.

Verdadeira onda reformista invade o Congresso Nacional.

A Constituição está em revista, como se não tivéssemos recentemente enfrentado um processo revisional

Em cena a reforma dos Poderes, da ordem política, social, econômica, tributária, administrativa. A reforma da Previdência Social. O Ministério Público também encontra-se em foco.

É nesse contexto que interage a Confederação Nacional do Ministério Público. Fiel às suas tradições. Consciente de sua responsabilidade, como agente catalisador da expressão política das entidades classistas estaduais, na defesa intransigente dos avanços institucionais que, antes de serem direitos e garantias de seus membros, são instrumentos de fortalecimento da própria sociedade que tem no Ministério Público seu defensor maior, segundo definição da Constituição de 1988.

No elenco das atribuições constitucionais do Ministério Público, insere-se expressamente a defesa do regime democrático. E, para o pleno exercício dessa relevante e vital atribuição, o Ministério Público não pode, não deve, aceitar qualquer fragilização em seus direitos e garantias. Demonstrar a todos, à sociedade, aos parlamentares, a importância da Instituição na consolidação do regime democrático é tarefa que nos impomos e que esperamos venham somar-se todos os integrantes da categoria, posto que o bem-estar social é um compromisso de todos e a defesa do estado de direito, dever consagrado constitucionalmente ao Ministério Público.

Milton Riquelme de Macedo
Presidente da Conamp

Diretoria

Confederação Nacional do Ministério Público

Presidente:

Milton Riquelme de Macedo (PR)

Primeiro vice - presidente:

Manoel Lima Soares Filho (CE)

Segundo vice - presidente:

Eduardo Lima de Matos (SE)

Secretário - Geral:

Francisco de Siqueira Branco (PR)

Conselho Fiscal

Presidente:

José Maria Alves (RN)

Vice-presidente:

Clovis Camarão (AL)

Membros:

Manoel Santino Nascimento Júnior (PA);

Antônio Miranda Bezerra (PI);

Jorge Luiz Dodaro (RJ) e

Clenan Reinault de Melo Pereira (TO).

Diretores Regionais

Norte:

Vanda Denir Milani Nogueira (AC)

Nordeste:

Francisco da Chagas Barros de Souza (MA)

Centro - Oeste:

Adalgisa da Silva Neri (MS)

Sul:

Paulo Roberto Speck (SC)

Distrito Federal:

Brasilino Chagas

Sudeste:

Pedro Hideite de Oliveira (SP)

Expediente

Jornal Conamp, órgão oficial de divulgação da Confederação Nacional do Ministério Público.

Coordenação Geral: Milton Riquelme de Macedo • **Editor:** Oscar Andrades (MTb 2267-RS) •

Tiragem: 12 mil exemplares • **Distribuição gratuita em todo o território nacional.**

Redação: SHS - Quadra 5 - Bloco J - Sala 3 - Brasília (DF). CEP 70.300-300. Telefone-fax: (061) 225-6112.

Unificação das polícias é essencial

A unificação das Polícias Militar e Civil será benéfica para o Ministério Público. A afirmação foi feita pelo presidente da Conamp, Milton Macedo, durante audiência pública realizada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que examina a mudança da estrutura policial no Brasil. Ele foi ouvido dia 30 de agosto.

Para o presidente do Conamp, o objetivo do projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) é unir o que de melhor existe entre elas. Macedo vê na idéia um forte componente para reduzir os altos índices de criminalidade no País que, atualmente, atingem um padrão catastrófico, segundo opinou. Ele disse ter certeza de que a unificação evitará os "verdadeiros passeios processuais" que, no fundo, estimulam o crime.

Baseado na experiência profissional, Macedo afirmou ser impossível deixar



O Ministério Público está de acordo com a unificação das polícias civil e militar

de relacionar segurança com violência e criminalidade, duas moléstias que precisam ser "enfrentadas de forma clara e definitiva". Na audiência, o presidente da Conamp estabeleceu com clareza algumas dificuldades na ação, ressaltando, contudo, que o problema é estrutural e exatamente por isso "causa entraves e desserviço à Nação". Defendeu ainda a eficiência investigatória, razão por

que se surpreende pela ausência de instrumentos eficazes para acabar com a burocratização do inquérito policial. "Chegou a hora do promotor estar mais próximo do delegado para evitar que se produzam provas defasadas ou deficientes", que motivam a impunidade de criminosos em geral.

— Não há corporativismo do Ministério Público. O que se busca é o bem comum, de forma eficiente, acrescentou Macedo.

A pedido do próprio autor do projeto de emenda constitucional, a Comissão Especial tenta ouvir todos os segmentos da sociedade. Por isso, o prazo regimental de 40 sessões para o trâmite na Câmara pode ser ampliado. Assim sendo, dificilmente vai ao plenário este ano. A Comissão é presidida pelo deputado Augusto Viveiros (PFL-RN) e o projeto tem como relator o deputado Hélio Rosas (PMDB-SP).

Abi Ackel se destaca como defensor do MP no Congresso

Detentor da invejável condição de ser uma espécie de ave rara no Congresso Nacional, pela sua característica de autêntico tribuno e que consegue obter o quase absoluto silêncio quando fala em plenário, o deputado Abi Ackel (PPB - MG) tem tudo a ver com a nossa classe. Ele é o autor da Lei Complementar 040, que define como "uma espécie de carta de alforria do Ministério Público brasileiro".

O ex-ministro da Justiça está convencido de que a Carta de 1988 "se deu ao trabalho apenas de copiar o texto daquela lei, pois a 040 foi uma obra perfeita e acabada, portanto seria um retrocesso se os constituintes assim não agissem". Para Abi-Ackel, os instrumentos vigentes são satisfatórios "e pouca coisa precisa ser mudada, ou melhor, aperfeiçoada", observa.

Incumbido de relatar diversas matérias de interesse do Ministério Pú-



Abi Ackel

blico, o parlamentar mineiro considera que se vive um momento muito rico pelo número e aprofundamento das mudanças pretendidas. Em especial, destaca os projetos que vão permitir a presença mais ativa do MP, dando-lhe a "autoridade necessária para influir, qualificar e anular óbices do processo investigatório. Numa

palavra: é preciso uma maior presença do agente público na apuração dos delitos", sentenciou.

O deputado Abi-Ackel — advogado, com três mandatos como deputado estadual em Minas Gerais e há cinco legislaturas na Câmara Federal — também é um autor, sendo responsável por diversas obras de direito penal. Revela que aprendeu a respeitar o Ministério Público durante a sua longa militância como patrono de causa. "O zelo e a garra são as principais características", assegurou.

Tonet quer mudar conceito das penitenciárias

Desde o final de agosto, Paulo Tonet Camargo é o novo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. No período 92/94, foi o presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Tem 37 anos de idade.

Segundo informações dadas ao **Jornal Conamp**, o Conselho vai trabalhar visando reformular o sistema, tornando-o mais ágil. Nesse sentido, o Conselho estuda diversas inovações, entre as quais a criação de penas alternativas e também, por via de consequência, a viabilização da construção de estabelecimentos penais compatíveis com a nova realidade, isso é, para atender aqueles que cometeram delitos classificados como mínimos e médios.

Mudança na Previdência será um desastre para a sociedade

O que se conhece como proposta governamental para reformar a Previdência Social tem três pontos fundamentais: suprime direitos, diminui outros e desconstitucionaliza o assunto, ao remeter a regulamentação por lei. Se isso não bastasse, duas outras questões ficam claras na intenção oficial, a de favorecer a privatização do setor e a de desobrigar e reduzir gastos com o elenco de benefícios. Em resumo, é um desastre, um perigo à toda massa de segurados.

Num depoimento feito à Comissão de Seguridade Social da Câmara, o presidente da Conamp, Milton Macedo, foi categórico ao afirmar que há precipitação no jeito de fazer e se tenta entregar aos bancos a exploração da previdência privada. Entretanto, deixou subentendido que o Ministério Público é contra a formação de novas arapucas (lembrem-se da Capemi) que trouxeram apenas o horror a centenas de famílias em todo o Brasil. Para ficar apenas num caso recente, é bom recordar que o “falido” Banco Econômico tinha um fundo de previdência obrigatório para seus funcionários e, atualmente, está sob intervenção do Banco Central.

Além de um resumo das declarações do presidente, o Jornal Conamp transcreve o artigo assinado por Milton Macedo em defesa da classe contra os sucessivos ataques do ministro Reinhold Stephanes ao Ministério Público. Ele declarou que os integrantes do MP “ganham bem, trabalham e contribuem pouco e se aposentam cedo e bem”.

Até o encerramento desta edição tínhamos a informação que a Comissão Especial da Reforma da Previdência Social será presidida pelo pefelista Jair Soares (RS) e terá como relator o deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM).

A seriedade como vem sendo tentada a reforma da Previdência Social é irresponsável e leviana. Essa posição foi defendida pelo presidente da Conamp, Milton Macedo, durante seminário patrocinado pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. Além de defender a classe dos assaques feitos sistematicamente pelo ministro da Previdência Social, o representante classista disse que Reinhold Stephanes “não tem condições éticas de gerir a reforma”.

A afirmação do presidente se baseou no fato do ministro ter obtido uma aposentadoria precoce, portanto, questionável no aspecto ético. Macedo traduziu a revolta da classe que não aceita a idéia do ministro se considerar como a pessoa mais indicada para fazer a reforma. E comparou: “É como se um apenado na penitenciária quisesse ser Secretário de Segurança, por conhecer o sistema”.

Perante o Parlamento, o presidente da Conamp foi bem claro: o objetivo dessa reforma busca privilegiar as entidades privadas que ficarão com a aposentadoria complementar. Lembrou, para contra-argumentar, “as famigeradas Capemi, Mongeral, Gboex” e outras que determinaram o ajuizamento de ações – pelo próprio Ministério Público – em defesa de milhares de servidores que foram enganados. Milton Macedo entende que é esse o grupo de entidades que Stephanes deseja beneficiar com a reforma.

Na oportunidade, o presidente da Conamp propôs a reabertura de um amplo debate sobre a reforma previdenciária, ouvindo os segmentos da sociedade interessados no assunto. Mas com uma condição básica: que haja seriedade.



Apo

Entendimen

Milton Riquelme de Macedo*

Sob esse título, o ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, publicou no jornal “Folha de S. Paulo”, edição do dia 9 do corrente, artigo sobre a reforma da Previdência Social, cujo projeto encontra-se na Câmara dos Deputados aguardando a constituição de Comissão Especial para o prosseguimento de sua tramitação legislativa. Todos estão de acordo em que há necessidade de se introduzirem reformas no sistema previdenciário nacional, algumas apontadas com propriedade no referido artigo e outras tantas que certamente resultarão dos amplos e valiosos debates que serão realizados no âmbito daquela Comissão Especial. Nesse sentido é de se ressaltar que recentemente a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados realizou seminário sobre a matéria, abrindo democra-

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Descontentados convivem com a falta de respeito do Executivo. A única defesa é o Judiciário

Antes para a reforma da Previdência

ticamente espaço para que as diversas entidades representativas da classe dos servidores públicos pudessem expor sua opinião sobre tão importante tema para toda a sociedade brasileira.

Entretanto, o que não se pode admitir é a irresponsabilidade, que beira a levandade, com que o ministro ali se referiu ao Ministério Público. Procedimento inadequado a um ministro de Estado, que tem o dever de preservar a imagem e o conceito das instituições da República. Tanto mais a instituição do Ministério Público, de secular tradição em nosso país. Instituição que alcançou a posição atual de legítima defensora da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, pelo reconhecimento dos constituintes de 1988, da competência e espírito público demonstrado por seus integrantes, através dos tempos.

Diversamente do que afirma o minis-

tro — que revela-se profundo desconhecimento da atividade laboral do Ministério Público — os procuradores e promotores de Justiça **trabalham sim, e muito**. A par de cumprirem o expediente forense, a mais das vezes trabalham nos processos em suas residências, em regime de dedicação integral e exclusiva, inclusive nos finais de semana, sem contar com qualquer serviço de apoio ou assessoria. E, **contribuem** para a Previdência Social sobre o valor total de seus vencimentos, que guardam estrita observância das normas legais pertinentes. Mesmo dispondo da possibilidade legal de se aposentar aos trinta anos de serviço, são poucos os que fazem uso dessa faculdade. A maioria de seus membros não se aposenta antes dos quarenta anos de serviço público. Tal assertiva é fácil de ser comprovada pelo ministro da Previdência. Basta que faça uma visita ao Ministério Público de seu Estado de origem, o Paraná. Lá en-

contrará em atividade, inúmeros procuradores de Justiça com mais de quarenta anos de serviço. Contemporâneos seus de ingresso no serviço público, que hoje vêem indignados a ofensa dirigida contra sua honra profissional, assacadas por alguém que já há muito tempo fez uso do permissivo legal, aposentando-se precocemente.

Por tudo isso e porque a Instituição do Ministério Público é constituída de profissionais sérios, responsáveis, competentes e cômicos da relevância de sua missão constitucional, da defesa dos interesses maiores da sociedade brasileira, é que se vem a público repelir vigorosamente as injuriosas e ofensivas afirmações inseridas no referido artigo.

***Milton Riquelme de Macedo é procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná e presidente da Confederação Nacional do Ministério Público.**

Conamp e Banco do Brasil lançam cartão de afinidade

O Banco do Brasil e a Confederação Nacional do Ministério Público - Conamp - se uniram para lançar um cartão de crédito internacional Visa, que oferece serviços para facilitar a vida de seus associados no Brasil e no exterior.

O cartão destina-se aos cerca de 20 mil representantes do Ministério Público, filiados à Confederação Nacional do Ministério Público, nas suas respectivas federações estaduais.

O cartão afinidade constitui programa exclusivo, que inclui a confecção de cartões com desenho personalizado, contendo o nome do Grupo, sua marca, logotipo, símbolo, proporcionando o reconhecimento pela comunidade da relação portador-grupo.

A associação ao cartão afinidade Conamp contribui para o fortalecimento da entidade de classe dos promotores e procuradores de Justiça, pois parte dos recursos arrecadados com as anuidades e comissões do comércio será revertida à Conamp, constituindo-se em fonte de recursos para promoção das suas atividades. A Confederação repassará os valores às Associações estaduais, proporcionalmente ao número de cartões por elas vendidos.

Aquisição

Para aderir ao cartão Conamp-Banco do Brasil, basta preencher proposta de adesão.

O material já está disponível junto às representações do Ministério Público em todo o país.

As condições para afiliação ao cartão são as seguintes:

- renda mínima de seis salários mínimos;
- idade mínima 21 anos completos (titular) e 16 anos completos (adicional);
- anuidade de R\$ 100,00, em quatro parcelas iguais e sucessivas de R\$ 25,00;
- Obs.: cartão adicional: 50% de desconto na anuidade (máximo de dois);
- seis opções de escolha para a data de vencimento da fatura de vencimentos (03, 08, 13, 18, 23 e 28).

Vantagens

O cartão afinidade Conamp-Banco do Brasil é de bandeira Visa, do tipo Gold, com abrangência internacional, apresentando uma série de vantagens, que a seguir relacionamos:



- Seguro de Acidentes Pessoais - O usuário do cartão Gold tem direito a seguro gratuito de até US\$ 250 mil, para passagens adquiridas com o cartão.

- Seguro para Automóveis Alugados - Ao pagar o aluguel de automóvel, nos EUA ou Canadá, com o cartão afinidade Visa Gold, o portador passa a ter automaticamente seguro primário contra colisão ou danos causados por atos de vandalismo. Esse seguro permite a dispensa dos seguros normalmente oferecidos pelas locadoras.

- aceitação em 12 milhões de estabelecimentos credenciados à Visa em 247 países.

- 305 mil pontos de atendimento filiados à Visa em todo o mundo e saque em dinheiro em 231 mil caixas eletrônicos das redes Visa, Plus e Banco 24Horas.

- possibilidade de compra de produtos importados via catálogo.

- reposição emergencial do Cartão em até 24 horas, se nos EUA, e em até dois dias úteis nos demais países.

- saque emergencial, no valor máximo de US\$ 5 mil, no caso de perda do Cartão quando no exterior.

- até dois cartões adicionais para maiores de 16 anos, com 50% de desconto na anuidade.

- possibilidade de pagamento com Travelers Cheque Banco do Brasil de compras efetuadas em moeda estrangeira.

- garantia contra roubo ou extravio do Cartão, no Brasil e no exterior, após comunicação.

- sala Vip nos principais aeroportos do país.

- Fun By Phone - serviço especial através do qual o usuário pode realizar compra antecipada de ingressos por telefone em qualquer parte do mundo. Com uma simples ligação telefônica o usuário faz suas reservas.

Especiais

Os portadores do cartão Conamp podem utilizar serviços especiais oferecidos pelo Gac - Global Assistance Center, nas seguintes formas:

- Serviços de Assistência ao Viajante - Atendimento em inglês, francês, espanhol e japonês, imediatamente, ou em outros 136 idiomas com alguns minutos de espera.

- Serviço de Referência Médica - Em caso de necessidade, o Gac indicará médicos, dentistas ou hospitais locais providenciando, em situações de emergência, a remoção do paciente. Os custos serão de responsabilidade do titular do cartão.

- Serviço de Assistência Legal - O Gac indicará advogados locais e fornecerá o endereço de embaixadas ou consulados, em caso de infração civil ou criminal, além de coordenar a forma de pagamento das despesas. Os honorários de advogado e as custas legais serão assumidos pelo titular do cartão.

- Substituição Urgente de Bilhetes de Passagem - Ao acionar o Gac, o usuário receberá toda a orientação sobre os procedimentos sobre o reembolso de passagem perdida. O Gac providenciará a emissão de novos bilhetes, que ficarão à disposição no aeroporto ou terminal. Os bilhetes substituídos serão cobrados na conta do titular.

- Serviço de Mensagens Urgentes - Através do Gac o usuário também poderá enviar ou receber mensagens urgentes.

- Assistência ao Extravio de Bagagens - Caso a companhia aérea não consiga localizar a bagagem perdida, o Gac coordenará o transporte imediato dos artigos de reposição solicitados pelo portador do cartão para continuar sua viagem.

- Remessa Urgente de Documentos - Se esquecer algum documento importante, o GAC providenciará a entrega imediata no local determinado.

- Serviço de Tradução - Assistência na localização de tradutores profissionais.

Quadrantes



Cortesia

A direção da Conamp visitou o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. O encontro serviu para aquela autoridade falar dos seus planos administrativos e do seu interesse em estreitar as relações com o órgão representativo. Por seu turno, a entidade deu a conhecer as metas da diretoria e sua preocupação primeira, de defesa intransigente da instituição e da classe.

Pioneirismo

Desde o final de maio, funciona em Brasília a primeira representação estadual de um Ministério Público. É a do Rio de Janeiro. A chefia da representação está confiada à procuradora Victória Le Cocq e funciona no Setor Comercial Sul, Quadra 2, sala 605.

Consumidor

Promovido pela Conamp, AMB, Ajufe, ANPR e várias outras entidades nacionais e estrangeiras, se realizam, de 29 de outubro a 3 de novembro, o Congresso Internacional de Responsabilidade Civil, o 3º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, o Congresso Brasileiro de Direito Ambiental e o Seminário Nacional sobre os 10 anos da Lei da Ação Civil Pública. Será em Blumenau, SC. O ministro Sepúlveda Pertence, do STF, será o presidente nacional do evento, que contará também com a presença do ministro Nelson Jobim, da Justiça.

Estadual no MS

De 7 a 10 de setembro, em Corumbá, a ASMP realizou o III Encontro Estadual do Ministério Público. A iniciativa obteve resultados satisfatórios e foi prestigiada pelo presidente da Conamp, Milton Macedo, que falou sobre a reforma constitucional. Abordou, principalmente, a repercussão das mudanças previdenciárias no Ministério Público.

Administrativa

A reunião dos presidentes das associações resolveu criar mais um grupo de trabalho na Conamp. Ele se voltará para a reforma administrativa. José Carlos Paes (RJ), Cláudio Barros Silva (RS) e Selma Sauerbronn de Souza (DF) serão os responsáveis pelo relatório. Outro grupo foi formado com o fim de opinar sobre a pretendida reforma penal. O estudo será feito por representantes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Execuções

Sobre a responsabilidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, será feito um relatório sobre as transformações pretendidas para as execuções penais. No encontro de presidentes, foi ainda aprovado o relatório elaborado pelos colegas de São Paulo sobre o novo Código Nacional de Trânsito. Os estudos foram encaminhados ao relator do projeto, senador Gilberto Miranda.

Mérito

O colega e presidente da Associação Paraense do MP, Manoel Santino Nascimento Júnior, é o novo procurador-geral de Justiça naquele Estado. Eleito como primeiro de uma lista tríplice irá assumir dia 1º de outubro. A ascensão traduz o reconhecimento ao mérito do novo procurador.

Pauta

Está definido um dos assuntos da pauta da reunião de outubro da Conamp. Exame do relatório, sob a responsabilidade dos colegas Manoel Lima Soares (CE), Ivânia Farina (GO) e Flodesmite Riani (MS), da emenda constitucional relacionada ao Ministério Público.

Pesquisa

A Vox Populi/JB fez uma pesquisa

sobre alguns pontos da reforma administrativa. No universo ouvido, quando a pergunta foi sobre a manutenção da estabilidade para algumas carreiras, o resultado acusou o seguinte: 45% concordam com o direito para os promotores e 44% em relação aos procuradores de Justiça, enquanto o percentual se igualou – 40% – entre os que rejeitam a idéia. O mesmo aconteceu – 16% – entre os que não responderam ou não sabiam nada sobre a questão. No âmbito geral, 47% se pronunciaram favoráveis à estabilidade do servidor.

Colarinho

A Fundação Escola Superior do MP de Rondônia realizou, de 28 a 30 de setembro, em Ji-Paraná, Jornada Criminal. A Ampro participou da organização e realização. O programa incluiu os seguintes temas: *Plea Bargaining*, tendo o Dr. Paulo Ricardo Tonet de Camargo como expositor; *Crimes do Colarinho Branco*, com o Dr. Paulo Mário Spina como conferencista; *Tráfico de Drogas*, exposto pelo Dr. Antônio José Campos Moreira; *Força-Tarefa*, com exposição da Dr.ª Lígia Portes Santos; *Crimes e Direitos Humanos*, tendo como conferencista o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa; e *Vigilância Eletrônica*, exposto pelo Dr. Dartagnan Cadilhe Abilhão.

Infantil

De 28 a 31 de outubro, em Fortaleza, será realizado o VII Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho. O tema principal será Trabalho Infantil. O presidente da ANPT, Lélío Bentes Corrêa, acredita que a promoção atrairá grande interesse, pois é uma oportunidade para debater um grande (e assustador) assunto nacional.

Nossa festa dos 25 anos será em Aracaju

Está chegando a hora. É tempo de comemoração. De rememorar os pioneiros que, em 10 de dezembro de 1970, fundaram a hoje Confederação Nacional do Ministério Público que, à época, já buscava ser a verdadeira resistência contra idéias (e atos) que visavam anular prerrogativas consagradas ao Ministério Público. Aracaju será a sede das comemorações dos 25 anos da Confederação.

No período de 23 a 26 de novembro, além de uma retrospectiva das lutas institucionais desenvolvidas pela entidade, uma intensa programação será realizada. Está confirmado, por exemplo, que na cidade histórica de Laranjeiras, se efetivará uma reunião conjunta da Conamp e do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, para debater amplos temas de interesse da classe.

A Associação Sergipana do Ministério Público, através do seu presidente, Eduardo Matos, preparou um pacote especial para o evento, designando a Propagtur como a agência oficial. Os preços apresentados (por pessoa) incluem a passagem aérea (ida e volta), pela VASP, taxa de embarque, três diárias no Hotel Celi (quatro estrelas), café da manhã, taxa de serviço e traslado aeroporto-hotel-aeroporto. Crianças até 11 anos terão desconto especial.

Informações complementares podem ser obtidas na Associação (079)222-2195 ou diretamente com a agência (079)221-1440, Fax (079) 222-9123.



A tabela abaixo especifica os valores individuais (em R\$) fixados no pacote, dependendo do ponto inicial da viagem:

Cidade de origem	solteiro	duplo	triplo
Belém	683,00	566,00	545,00
Belo Horizonte	646,00	529,00	508,00
Brasília	630,00	510,00	490,00
Cuiabá	765,00	648,00	627,00
Campo Grande	834,00	717,00	696,00
Curitiba	752,00	751,00	613,25
Florianópolis	793,00	676,00	555,00
Fortaleza	579,00	462,00	441,00
Foz do Iguaçu	829,00	712,00	691,00
Goiânia	658,00	541,00	519,34
Ilhéus	467,00	350,00	329,00
João Pessoa	464,00	345,00	326,00
Londrina	774,00	657,00	636,22
Maceió	377,00	260,00	238,92
Manaus	805,00	688,00	666,70
Natal	503,00	386,00	364,74
Porto Alegre	846,00	729,00	708,00
Porto Velho	911,00	794,00	773,00
Recife	438,00	321,00	300,00
Rio de Janeiro	664,00	547,00	526,00
Salvador	401,00	284,54	263,00
São Luís	689,00	572,00	551,24
São Paulo	715,00	598,00	577,00
Teresina	661,00	544,00	523,27
Vitória	591,00	474,00	453,00
Boa Vista (VARIG)	1.236,74	1.119,74	1.098,74
Macapá (VARIG)	1.134,93	1.017,93	996,93